



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Cópia extraída de fls. 79/81v do processo  
(PROJETO DE LEI Nº 299/17)  
(VEREADOR MILTON LEITE – DEMOCRATAS)

Altera a Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, que dispõe sobre os procedimentos para a aprovação de projetos arquitetônicos e para a execução de obras e serviços necessários para a minimização de impacto no Sistema Viário decorrente da implantação ou reforma de edificações e da instalação de atividades – Polo Gerador de Tráfego, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 18 de dezembro de 2017, decretou a seguinte lei:

Art. 1º Os incisos II e III do art. 2º da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
II - Certidão de Diretrizes: documento elaborado e definido pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e publicado pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, no qual se estabelece os parâmetros a serem seguidos no projeto de edificação e as medidas mitigadoras de impacto no tráfego e/ou compensatórias necessárias para a implantação ou reforma de empreendimentos classificados como Polos Geradores de Tráfego;  
III - Termo de Recebimento e Aceitação Parcial – TRAP ou Termo de Recebimento e Aceitação Definitivo – TRAD: documento emitido pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, que atesta o cumprimento integral das obras/serviços condicionados a uma das etapas da edificação ou para todo o empreendimento conforme especificado na Certidão de Diretrizes no que se refere às medidas mitigadoras de impacto no tráfego e/ou compensatórias, e;” (NR)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Art. 2º Insere-se o inciso IV ao art. 2º da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....  
IV - Medidas Compensatórias: toda e qualquer intervenção voltada a reduzir o impacto sobre o trânsito de uma determinada região a serem implementadas pelo responsável do Polo Gerador de Tráfego – PGT em locais diversos daquele onde se encontra o PGT e em consonância com as determinações expedidas pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, tais como:  
a) a execução de obras e serviços relacionados à operação do Sistema Viário;  
b) a realização de obras viárias de qualquer espécie, dentre as quais a construção, a readequação geométrica e/ou a reforma de vias de tráfego;  
c) a instalação e/ou a revitalização da sinalização vertical e/ou horizontal em vias de tráfego;  
d) a instalação e/ou a revitalização de equipamentos de operação, de fiscalização, de monitoramento e de controle de tráfego, dentre os quais semáforos eletrônicos, câmeras de circuito fechado de TV – CFTV e painéis de mensagem, além de outros equipamentos indicados pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.” (NR)

Art. 3º O “caput” do art. 4º da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Os projetos apresentados pelos interessados na implantação ou reforma de um empreendimento classificado como Polo Gerador de Tráfego serão analisados pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, a qual indicará as medidas mitigadoras de minimização dos impactos sobre o Sistema Viário e as eventuais adequações nos projetos viários e/ou de arquitetura, bem como a eventual realização de medidas compensatórias.” (NR)

Art. 4º Insere-se o inciso VI ao parágrafo único do art. 4º da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 4º .....  
Parágrafo único. ....  
VI - a relação das medidas compensatórias.” (NR)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Art. 5º O "caput" do art. 6º da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET emitirá os pareceres conclusivos necessários à expedição da Certidão de Diretrizes no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogados justificadamente por mais 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da entrega dos documentos necessários ou da versão final do projeto de arquitetura contemplando as adequações solicitadas." (NR)

Art. 6º O "caput" do art. 8º da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Nos casos em que a análise do projeto apresentado indicar a necessidade da execução de obras e serviços relacionados à operação do Sistema Viário, bem como a realização de medidas compensatórias, o empreendedor arcará integralmente com as despesas do projeto e implantação das medidas." (NR)

Art. 7º O "caput" e § 1º do art. 9º da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º As medidas mitigadoras estabelecidas na Certidão de Diretrizes deverão estar diretamente relacionadas com o impacto gerado no trânsito pelo empreendimento, salvo as medidas compensatórias que poderão ser realizadas em local diverso do Polo Gerador de Tráfego e em consonância com as determinações expedidas pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.

§ 1º A execução das medidas mitigadoras e/ou compensatórias deverão estar vinculadas ao cronograma de execução da edificação apresentado pelo empreendedor, devendo sua conclusão preceder à data de inauguração do empreendimento.

....." (NR)

Art. 8º O "caput" do art. 10 da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. As medidas mitigadoras dos impactos sobre o tráfego e/ou as medidas compensatórias deverão ser implementadas em 240 (duzentos e quarenta) dias contados da data da aprovação dos projetos viários executivos." (NR)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Art. 9º O § 4º do art. 12 da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. ....  
§ 4º Quando a impossibilidade do cumprimento das exigências contidas na Certidão de Diretrizes perdurar por mais de 12 (doze) meses, a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes deverá solicitar à Companhia de Engenharia de Tráfego – CET a retificação da Certidão de Diretrizes, sem prejuízo da permanência da garantia oferecida.” (NR)

Art. 10. O art. 16 da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Para as edificações ou atividades já implantadas, em que haja interesse do proprietário em promover qualquer alteração relacionada à operação do Sistema Viário, o pedido deverá ser formulado à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes cabendo à Companhia de Engenharia de Tráfego – CET a análise técnica do pedido, que, caso deferido, as despesas com a execução correrão por conta do interessado.” (NR)

Art. 11. As Certidões de Diretrizes expedidas anteriormente e que atendam o disposto nesta lei serão consideradas válidas.

Art. 12. Caso o empreendedor realize todas as medidas mitigadoras de impacto no tráfego e/ou compensatórias necessárias para a implantação de empreendimentos classificados como Polos Geradores de Tráfego, antes de obter o respectivo Alvará de Aprovação, Alvará de Execução ou Certificado de Mudança de Uso, poderá requerer à Companhia de Engenharia de Tráfego – CET a emissão do respectivo Termo de Recebimento de Aceitação Parcial – TRAP ou Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva – TRAD.

Art. 13. Na hipótese prevista no art. 12 desta lei, não caberá qualquer direito de indenização ao empreendedor de ordem material e moral, bem como lucros cessantes, ainda que o empreendimento classificado como Polo Gerador de Tráfego não seja aprovado pela Autoridade competente ou não seja continuado pelo responsável.

Art. 14. Os templos de culto religioso com capacidade de lotação máxima de até 1.500 (mil e quinhentas) pessoas estão isentos da realização de quaisquer medidas compensatórias e/ou mitigadoras previstas nesta lei e na Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Parágrafo único. A alteração feita à Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, pelo "caput" deste artigo produzirá seus efeitos a partir de janeiro de 2018.

Art. 15. O Poder Público Municipal regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta lei.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 19 de dezembro de 2017.

MILTON LEITE  
Presidente

ARS/jcss.